



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIELLA CARVALHO DE OLIVEIRA

**O EXPANSIONISMO JAPONÊS: DO ISOLAMENTO A POTÊNCIA (1854 –
1912)**

Brasília

2018

GABRIELLA CARVALHO DE OLIVEIRA

**O EXPANSIONISMO JAPONÊS: DO ISOLAMENTO À POTÊNCIA (1854 –
1912)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Brasília – DF, 04 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (HIS - UnB)

Prof. Dr. Antônio José Barbosa (HIS - UnB)

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS - UnB)

AGRADECIMENTOS

Início a tarefa de agradecer àqueles que fizeram parte da minha trajetória, sabendo que não é uma tarefa simples. Eu nunca seria capaz de encontrar palavras que fossem capazes de expressar verdadeiramente o sentimento de gratidão que transborda dentro de mim. Dito isso, dou início a esta tarefa agradecendo a Deus, que esteve comigo antes, durante e estará depois do início e conclusão dessa trajetória. Agradeço a Ele por ter me sustentado do início ao fim e ter me dado forças para continuar, principalmente quando eu mais precisei.

Agradeço à minha família. Em primeiro lugar, aos meus pais: Carlos e Viviane, que incontáveis vezes abriram mão de seus sonhos para que eu e minhas irmãs pudéssemos viver os nossos. Obrigada, pai e mãe, por terem me ensinado desde pequena que a educação me levaria a um caminho de sucesso e obrigada por terem me proporcionado as melhores oportunidades que eu poderia ter. Essa conquista é toda de vocês. Em segundo lugar, agradeço às minhas irmãs: Bárbara, por cada revisão de texto durante os 4 anos de universidade e por ter estado presente nos últimos 21 anos e à Ana Clara, por ser sempre alguém disposta a ajudar.

Aqui, agradeço aos meus amigos, que não permitiram que eu desistisse quando veio a tempestade e acreditaram no meu potencial quando eu mesma duvidei. Obrigada por terem me motivado e por estarem comigo nos momentos difíceis. Graças a vocês, percebi como nunca antes em minha vida, a verdade de Provérbios 17:17.

Agradeço também àqueles que marcaram e direcionaram a minha trajetória acadêmica, mesmo que de forma inconsciente. Entre estes, meu muito obrigada ao professor Mateus Gamba, que mesmo sem saber, me encantou com sua doçura e sua maneira de pensar a história e o trabalho do historiador, levando-me a ampliar meus horizontes. Agradeço também ao professor Barbosa, que me proporcionou os primeiros contatos com a história oriental por meio da disciplina de História do Extremo Oriente, conduzindo-me ao tema desta monografia. Agradeço ainda ao professor Doratioto, que desde o início mostrou-se aberto às minhas ideias, mesmo que parecessem loucas. Obrigada por ter topado entrar nessa aventura comigo e, principalmente, por ter acreditado no meu trabalho e na minha capacidade para executá-lo. O trabalho de vocês é cativante e nos motiva a lutar por um mundo menos desigual, onde a educação prevaleça acima de qualquer coisa.

Por último, agradeço à Universidade de Brasília, por ter me proporcionado as melhores experiências que eu poderia ter na graduação. Seus inúmeros projetos de

pesquisa e extensão mudaram a minha vida. Agradeço ainda à UnB por ter me permitido conviver em um ambiente de pluralidade, onde expandi meus horizontes para muito além de mim mesma. Ainda que as perspectivas não sejam as melhores daqui para frente, desejo que, assim como eu, outros milhares de estudantes tenham oportunidade de fazer parte de experiências tão positivas e que, cada vez mais, a universidade seja um espaço e um mecanismo de mudança. Desejo ainda retornar à UnB como membro do corpo docente e devolver para a comunidade acadêmica tudo o que aqui pude aprender.

“Amo a história. Se não a amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra à satisfação das necessidades profundas - algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história - e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo”.

(Lucièn Febvre)

RESUMO

A finalidade da presente monografia, é a de propor um estudo mais aprofundado acerca dos eventos que retiraram o Japão de um longo período de isolamento, levando-o a uma política expansionista. Em um período inferior a sessenta anos, o arquipélago nipônico passou do feudalismo à modernidade por meio de reformas que atingiram todos os setores da sociedade. Mais tarde, passou a empreender uma política expansionista que o colocou como uma potência regional na Ásia, capaz de fazer frente às grandes nações ocidentais. Essa mudança de posição do Japão em relação ao Ocidente, e vice-versa, pode ser percebida pelo estudo sistemático dos eventos postos em análise nesta monografia.

Palavras-chave: Imperialismo; Restauração Meiji; Expansionismo.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to propose a further study about the events that stripped Japan of a long period of isolation, leading him to an expansionary policy. In a period of less than sixty years, the Japanese archipelago passed from feudalism to modernity, through reforms that have hit all sectors of society. Later, he began to undertake as expansionary policy that placed him as a regional power in Asia, able to cope with the major Western Nations. This change in Japan's position in relation to the West and vice versa, can be perceived by the systematic study of the events put into analysis in this monograph.

Key-words: Imperialism; Meiji Restoration; Expansionism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia do Comodoro Matthew C. Perry.....	18
Figura 2 – Ilustração de Mutsuhito, o imperador Meiji.....	22
Figura 3 – Ilustração do xogum Ieyasu, o primeiro xogum dos Tokugawa.....	24
Figura 4 – Ilustração de um <i>daimio</i>	24
Figura 5 – Ilustração da promulgação da Constituição japonesa de 1889.....	29

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – A expansão japonesa.....	35
Mapa 2 – A Guerra Russo-Japonesa.....	39
Mapa 3 – Impérios do mundo.....	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: Do isolamento à modernização.....	11
1.1 - O imperialismo chega ao Extremo Oriente.....	11
1.2 - A Restauração Meiji transforma o Japão.....	20
CAPÍTULO 2: O Japão a o caminho do expansionismo.....	30
2.1 - Guerra Sino-Japonesa.....	31
2.2 - Guerra Russo-Japonesa.....	35
CAPÍTULO 3: A potência asiática.....	41
3.1 - Um novo integrante no cenário internacional.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

INTRODUÇÃO

A segunda parte do século XIX foi marcada fortemente pelo neocolonialismo empreendido pela Europa, bem como pela expansão cabal do capitalismo e do imperialismo. Nesse período, testemunhamos a subjugação de regiões consideradas atrasadas, essencialmente dos continentes africano e asiático.

Os europeus iniciavam a empreitada da dominação muitos séculos antes de chegarem ao Extremo Oriente. A Índia, por exemplo, passou a ser dominada a partir de 1498 com a chegada de Vasco da Gama, o Brasil o foi a partir de 1500 com a chegada dos portugueses e partes do continente africano foram dominadas pela França a partir de 1664. O comércio com e entre essas regiões expandiu-se rapidamente, transformando o caráter de uma estratégia comercial para política. Aquele que dominasse os mares – especialmente as águas do Atlântico – dominaria o mundo. Dessa forma, o poder comercial se alternou ao longo dos séculos entre as potências que detivessem a superioridade marítima. Entre os séculos XVII e XIX, os mares passaram a ser chefiados pela supremacia britânica incontestável, de forma que o estabelecimento europeu no Extremo Oriente dependia de outras regiões já dominadas anteriormente, como a Índia, produtora de ópio e outros.

Na transição do século XVIII para o XIX, com a chegada do colonialismo europeu ao Extremo Oriente, principalmente na China, os tratados desiguais assinados após as Guerras do Ópio, juntamente com a disputa das potências pelos mercados orientais expandiu-se por toda a Ásia. Sendo assim, o arquipélago nipônico – recluso ao isolamento até então – optou pela alternativa de abrir-se para o ocidente de forma gradual e controlada a partir da chegada da esquadra norte-americana sob comando do Comodoro Matthew C. Perry e da constatação da incapacidade militar japonesa em repeli-la.

A partir de então o Japão deu início a um processo vertiginoso de transformação e expansão que no início do século XX, o coloca em posição de igualdade em relação às potências europeias e aos Estados Unidos e também, como potência incontestável na Ásia pouco tempo após a chegada dos norte-americanos. Para tal, o país modificou-se de forma transversal, mesclando a tradição oriental e o conhecimento ocidental. Partindo de uma política expansionista, o Japão empreendeu guerras como forma de defesa de seus interesses frente às grandes potências, fazendo uso do imperialismo que antes fora utilizado para forçar sua própria abertura. Segundo Pierre Milza, no limiar do século XX, “surge uma política para o Extremo Oriente em que os concorrentes da Europa – Estados

Unidos e Japão, apoiando-se na Inglaterra, manifestam a sua vontade de partilhar os mercados comerciais e as vantagens econômicas com as potências do velho continente”.¹

O objetivo desta monografia é relacionar o processo de modernização do Japão e sua política expansionista aos eventos que colocaram o país nessa nova posição. Procurar-se-á identificar os interesses ocidentais no continente asiático e de que maneira se deu a intervenção europeia em seus primórdios, bem como determinar as causas da abertura ao Ocidente após séculos de isolamento. Ao mesmo tempo, identificar quais fatores foram responsáveis pela consolidação do Japão como potência regional e quais condições sócio-políticas permitiram seu expansionismo. Do ponto de vista político, a Guerra Sino-japonesa e Russo-japonesa foram cruciais para essa mudança no cenário das relações internacionais. Contudo, não se pode deixar de lado o papel da Restauração Meiji neste processo. Por essas razões, começamos pela chegada do imperialismo ao Extremo Oriente – primeiramente na China e depois no Japão – e seguimos a análise pelo caminho tomado pelos governantes japoneses para lidar com as pressões ocidentais e quais as consequências geradas a partir daí.

¹ MILZA, Pierre. *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa, Edições 70 LDA, 1995, p.124.

CAPÍTULO 1: Do isolamento à modernização

Neste capítulo, nos concentraremos no imperialismo europeu que atingiu o Extremo Oriente para que, assim, seja possível assimilar alguns fatos e apontamentos que far-se-ão importantes na análise de capítulos posteriores. Começaremos, então, pelo caso mais marcante das tentativas de dominação ocidental na Ásia: a Grã-Bretanha na China do império Qing. Posteriormente, passaremos a tratar do caso do imperialismo empreendido sobre o Japão e o início de suas consequências.

1.1 O imperialismo chega ao Extremo Oriente

A segunda metade do século XIX foi marcada fortemente pelo neocolonialismo empreendido pela Europa, bem como pela consolidação do capitalismo e expansão do imperialismo, quando testemunhamos a subjugação de regiões consideradas atrasadas, essencialmente dos continentes africano e asiático. Tal período ficou conhecido pelo que Eric Hobsbawm define como a Era dos Impérios.

O imperialismo por si só caracterizava a repartição do mundo pelo domínio das então potências capitalistas, bem como a espoliação desses territórios. A Europa enxergou no Oriente uma nova possibilidade de mercado, pronto para atender às suas demandas por matéria-prima e de mão-de-obra, bem como para receber a expansão e consolidação do capitalismo.

Um dos casos de dominação empreendidos pela Europa ao continente asiático e que melhor exemplifica as ações em prol do capitalismo é a China dos Qing². Forçada pelo imperialismo a abrir seus mercados, a China adentra um período de tentativas de resistência à dominação inglesa que, atingiu seu ápice nas Guerras do Ópio, causadas pela tentativa de proibição do comércio do ópio por parte do governo chinês, uma vez que a droga afetava a produção e consequentemente a economia do país. Essa experiência de dominação, bem como a resistência chinesa, foram fatores determinantes – mas não exclusivos – para o esfacelamento do Império do Meio.

É bem verdade que a China já há bastante tempo fazia negócios com os ocidentais, os quais, já conheciam há alguns séculos a rota da seda. Contudo, o comércio ocidental na China se restringia principalmente às regiões costeiras como Guangzhou (Cantão)³. Necessitados do aumento regular dos rendimentos do comércio com os estrangeiros e

² A dinastia manchú que governou a China por mais de dois séculos e meio (1644-1912), sendo a última dinastia imperial a fazê-lo antes da instauração da República Popular da China.

preocupados com a influência que os ocidentais poderiam trazer ao país, o império chinês criou um mecanismo⁴ de controle para o comércio externo a partir de meados do século XVIII.

Além disso, a presença e moradia dos comerciantes estrangeiros passou a ser limitada apenas às “feitorias”, próximas ao porto de Guangzhou. Também não podiam permanecer o ano todo, nem trazer suas mulheres e crianças europeias ou se comunicar diretamente com os funcionários imperiais. No geral, o sistema imperial funcionava muito bem. Entretanto, como explica Harry G. Gelber, alguns problemas começaram a aparecer especialmente no que tange ao sistema judiciário da China. Segundo o autor:

O código imperial se voltava, acima de tudo, para a ordem social, e a lei era – e assim permanece em grande parte da China atual – um instrumento de administração, sem referência qualquer noção “elevada” de lei natural ou a um sistema semelhante à lei comum romana ou anglo-saxã.⁵

Ainda assim, estrangeiros de toda a Europa continuaram a alimentar o comércio com a China. Destes, quem mais comprava produtos chineses, sobretudo chá e seda, era a Companhia Inglesa das Índias Orientais. A companhia não tardou a perceber que a compra do chá, seda e porcelana chinesas superava em muito as vendas de produtos ingleses para a China, gerando um déficit na balança comercial graças à baixa demanda. Contrária a essa tendência, a demanda chinesa por prata e ópio não parava de crescer, gerando problemas fiscais e sociais devido ao consumo descontrolado do ópio, que chegou a ter sua comercialização legal proibida, ficando restrito, ao tráfico viabilizado pela crescente corrupção do sistema comercial chinês.

Os ingleses compravam chá, sobretudo chá preto, que o Co-Hong mandava buscar na província de Fuquiã. “Não há uma só folha de chá preto que deixe de ser oferecida à Companhia”, diz certa feita uma testemunha levada ante uma comissão de inquérito na Câmara dos Comuns; “quero dizer que cada lote de chá de algum valor, é oferecido à nossa Companhia e submetida ao seu exame”. Por certo os ingleses não estavam sozinhos, porém as compras dos concorrentes estrangeiros não representavam um sétimo das suas. Antes do fim do século XVIII o chá tornara-se a bebida nacional da Inglaterra. E foi para pagar essas enormes quantidades de chá que a Companhia inglesa encorajou a venda do ópio.⁶

⁴ Nesse mecanismo, o comércio seria controlado por um grupo específico de mercadores chineses chamados de Cohong que exerciam papel de agentes dos estrangeiros. Estes agentes, por sua vez, respondiam a funcionários manchus do império conhecidos como Hoppo, responsáveis pelos navios estrangeiros. Juntos, os Cohong e o Hoppo eram responsáveis também pela taxaço de importações e exportações.

⁵ GELBER, Harry G. *O Dragão e os Demônios Estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Record, 2012, p.

⁶ PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.84.

Na tentativa de solucionar os problemas referentes ao sistema judiciário e baixa demanda por produtos ingleses, em 1791 a Grã-Bretanha enviou o lorde George Macartney à China, em missão patrocinada pela Companhia Inglesa das Índias Orientais. O objetivo da missão de Macartney era exigir que o império chinês abrisse novos portos ao comércio e permitisse a instalação permanente de um embaixador britânico em Beijing, bem como a compra de um território onde os comerciantes ingleses poderiam fazer moradia durante o ano todo e responder apenas às leis britânicas, ainda que em território chinês. O último pedido ficou conhecido como princípio da extraterritorialidade. A missão estava fadada ao fracasso por uma razão muito simples, colocava a Grã-Bretanha em pé de igualdade com a superioridade chinesa. Segundo Gelber:

Significava que esse reino estranho do outro lado do mundo reivindicava uma espécie de igualdade com relação ao Império Celestial. Isso implicaria, e de uma forma intolerável, que o imperador não mais fosse um monarca universal. Portanto, a missão estava destinada ao fracasso.⁷

A chegada de Macartney gerou ainda mais um impasse: a recusa do lorde de se curvar e tocar a cabeça com o chão frente ao imperador chinês. Para ele, um gesto de reverência tão profundo só poderia ser feito na presença de seu próprio rei. Sem sucesso, Macartney foi mandado embora sob grande desprezo do imperador; contudo, o comércio estrangeiro com a China permaneceu. Apesar disso, tudo viria a mudar a partir dos acontecimentos de 1834, ano em que Londres pusera fim ao monopólio comercial antes concedido à Companhia das Índias Inglesas Orientais. Agora, dois problemas se mostraram urgentes a serem resolvidos pela China: parar o comércio ilegal de ópio e lidar com os novos membros da dinâmica do livre comércio inglês que acabou se dificultando pois, de acordo com Fairbank & Goldman:

Após o surgimento do livre comércio em 1834, os negociantes britânicos privados como Jardine, Matheson & CO., que importavam ópio, passaram também a exportar chás e sedas em substituição à Companhia. O funcionário britânico enviado para dirigi-los recusou-se a lidar como um negociante com os mercadores Hong e solicitou um tratamento direto com funcionários Qing com base na igualdade diplomática. Com essa atitude, ele estava insultando o sistema tributário chinês.⁸

Aceitar a igualdade diplomática solicitada pelo funcionário britânico significaria derrubar a superioridade do imperador, arruinando seu prestígio moral, ao mesmo tempo

⁷ GELBER, 2012, p.185.

⁸ FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1992, p.190.

em que o comércio ilegal do ópio não podia mais ser ignorado. Mais alguns anos de impasses se seguiram até que em 1839, o governo imperial enviou Lin Zexu para deter o comércio do ópio. Lin suspendeu o comércio, acabou com os fornecedores do ópio em Cantão e fez barricadas nas fábricas, confiscando todo o estoque de ópio restante. Logo após, queimou cerca de vinte mil caixas de ópio, exigindo ainda que os comerciantes assinassem documentos se comprometendo a não mais vender a droga e, se surpreendidos fazendo-o, seriam punidos com a morte. Pouco tempo depois, os primeiros navios de guerra britânicos chegaram à costa chinesa, dando início a Primeira Guerra do Ópio, em agosto de 1839.

Com o fim da Primeira Guerra do Ópio, através do Tratado de Nanquim, a Grã-Bretanha inaugura a era dos chamados “tratados desiguais” obrigando a China a abrir-se integralmente ao Ocidente. Pelo tratado em questão, a China garantia aos estrangeiros o princípio da extraterritorialidade, indenizações, tarifas menores e tratamento às nações mais favorecidas, entre outros benefícios.

A partir daí as demais potências europeias (e mais tarde o Japão) passam a reivindicar as mesmas oportunidades que foram dadas aos ingleses, principalmente o direito de extraterritorialidade garantido pelo tratado de Nanquim.

Enquanto a China atravessava o século XIX sendo explorada pelo imperialismo europeu, o Japão permanecia isolado. Tal política isolacionista viria a reverter-se não muito depois da chegada dos ocidentais à China, pelo menos após 200 anos de contato restrito com o Ocidente.

No que tange ao contato do Japão com o restante da Ásia, percebe-se uma trajetória marcada por aberturas e fechamentos ao longo dos séculos. E ainda no período Tokugawa (1603-1868), mais uma vez, o arquipélago nipônico fechou-se para contato com os ocidentais, que acabaram se instalando em ilhas próximas como Macau. Ainda que fechado para contato com o ocidente, diversas missões – russas, inglesas e portuguesas – foram enviadas ao país na tentativa, sem sucesso, de obter sua reabertura.

Durante o período de isolamento, o Japão não permaneceu alheio em relação ao que acontecia na China. Os rumores e notícias sobre a chegada do imperialismo europeu ao Extremo Oriente circulavam no país, principalmente no que se referia à Primeira Guerra do Ópio e ao Tratado de Nanquim, bem como as exigências de outras potências ocidentais após o tratado. Sabendo de tudo isso, o xogunato já presumia que o mesmo imperialismo pudesse ser empreendido contra o próprio Japão e temia que pudesse ser transformado em uma nova China, como observou William Rossiter

Com o avanço do século, os japoneses, de fato, mostraram uma tendência a reforçar o isolamento ainda mais estritamente. Eles observaram atentamente o curso dos acontecimentos no Oriente e perceberam que a Inglaterra estava se estabelecendo no continente em Xangai, em Hong Kong e em outras partes do Oriente. Eles temiam que uma política semelhante fosse tentada em relação ao seu próprio país.⁹

Tais presunções se confirmaram em 1854, quando a esquadra norte-americana sob comando do Comodoro Matthew C. Perry chegou à baía de Edo. Para Célia Sakurai “a chegada de navios estrangeiros ao Japão criou perplexidades pelo fato de o país estar oficialmente fechado aos contatos com diplomatas estrangeiros desde o início do século XVII”¹⁰. Tal ideia se opõe aos estudos propostos por Peter Duus em conjunto com Rossiter, citado anteriormente. De acordo com Duus:

Qualquer confiança fácil de que os ocidentais poderiam ser desorientados pela força foi rudemente abalada no final da década de 1830, relatos alarmantes de ataques britânicos a Macau, o bloqueio de Amoy e Ningpo, o bombardeamento de Cantão e a assinatura do tratado de Nanquim foram trazidos para o Japão por comerciantes holandeses e chineses em Nagasaki. Em meados da década de 1840, os relatos da guerra estavam bem divulgados no Japão. A derrota dos chineses por uma pequena força naval e militar britânica foi um tremendo choque. Ele quebrou a imagem da centralidade e força chinesas. Também levantou a questão de saber se um destino semelhante poderia estar sendo reservado para o Japão. "Como podemos saber", observou um escritor, "se a névoa que se forma sobre a China pode não cair como geadas para o Japão?". (DUUS, 1976, p. 57, Tradução livre)¹¹

Sendo assim, é altamente improvável que os japoneses tenham sido pegos de surpresa pela chegada de Perry, gerando grande assombro. Além disso, o autor argumenta ainda que “A sensação de mágoa, ardendo desde 1790 e agora se espalhando para um medo mais urgente da guerra do ópio, provocou debates entre acadêmicos, autoridades e líderes políticos preocupados sobre a melhor maneira de lidar com os "bárbaros".¹²

Os objetivos colocados a cargo de Perry pelo então presidente dos Estados Unidos da América, Millard Fillmore, não eram muito distintos daqueles que buscaram a tentativa de reabertura anteriormente. Juntamente com a missão de Perry, o presidente enviou uma carta que deveria ser entregue ao imperador japonês, contendo todas as demandas –

⁹ ROSSITER, William S. *The First American Imperialism*. The North American Review, Vol. 182, No. 591, University of Northern Iowa, 1906. p. 240, Tradução livre.

¹⁰ SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo, Contexto, 2007, p.129.

¹¹ DUUS, P. *The rise of modern Japan*. Boston: Houghton Mifflin, 1976, p. 57, Tradução livre.

¹² *Ibid.*, p.57. Tradução livre.

exigências – norte-americanas. A carta foi entregue ao imperador no dia 14 de julho de 1853.

Em trecho do documento, o presidente dos Estados Unidos solicitava a abertura dos portos ao comércio e sugere ainda uma experiência de 5 a 10 anos para o caso de o imperador estar certo que a anulação das leis de isolamento talvez não fosse benéfica

Sabemos que as antigas leis do governo de sua majestade imperial não permitem o comércio exterior, exceto com os chineses e os holandeses; mas como o estado do mundo muda e novos governos são formados, parece ser sábio, de tempos em tempos, fazer novas leis. Houve um tempo em que as antigas leis do governo de sua majestade imperial foram feitas pela primeira vez.

[...]

Se sua majestade imperial não estiver satisfeita de que seria seguro anular as antigas leis que proíbem o comércio exterior, elas podem ser suspensas por cinco ou dez anos, de modo a tentar o experimento. Se não se mostrar tão benéfico quanto se esperava, as leis antigas podem ser restauradas. Os Estados Unidos muitas vezes limitam seus tratados com Estados estrangeiros a alguns anos e depois os renovam ou não, como bem entenderem.¹³

Ademais, a carta também menciona pedidos para fornecimento de carvão e provisões, bem como a proteção a marinheiros que naufragassem por ali até que uma nova frota chegasse para leva-los de volta. Segundo Fillmore, os objetivos de Perry eram resumidamente simples:

Estes são os únicos objetivos pelos quais enviei o Comodoro Perry, com um esquadrão poderoso, para visitar a renomada cidade de Edo, sua majestade imperial: amizade, comércio, suprimento de carvão e provisões, e proteção para nossos naufragos.¹⁴

Contudo, a carta de Fillmore escondia que os interesses norte-americanos no Japão eram muito mais do que estabelecer amizade e comércio entre os dois países. Nesse período, a caça às baleias era altamente lucrativa e as baleias cachalotes já estavam

¹³ “We know that the ancient laws of your imperial majesty's government do not allow of foreign trade, except with the Chinese and the Dutch; but as the state of the world changes and new governments are formed, it seems to be wise, from time to time, to make new laws. There was a time when the ancient laws of your imperial majesty's government were first made. [...]

If your imperial majesty is not satisfied that it would be safe altogether to abrogate the ancient laws which forbid foreign trade, they might be suspended for five or ten years, so as to try the experiment. If it does not prove as beneficial as was hoped, the ancient laws can be restored. The United States often limit their treaties with foreign States to a few years, and then renew them or not, as they please”

¹⁴ “These are the only objects for which I have sent Commodore Perry, with a powerful squadron, to pay a visit to your imperial majesty's renowned city of Yedo: friendship, commerce, a supply of coal and provisions, and protection for our shipwrecked people”.

praticamente exterminadas no Oceano Atlântico. O mesmo não ocorria no norte do Oceano Pacífico, como exemplifica Rossiter

Em meados do século, a política de isolamento do Japão tornou-se de maior importância para os Estados Unidos do que para qualquer outra nação. Envolveu muito mais que mera tensão comercial. As baleias cachalotes haviam sido quase exterminadas no Atlântico Norte, mas ainda eram abundantes no Pacífico Norte, e a base da indústria de caça às baleias estava sendo transferida para a costa do Pacífico. Muitas mudanças incidentais, mas importantes, resultaram dessa transferência. Em 1845, quando a caça às baleias atingiu sua maior prosperidade, mais de US\$ 15 milhões de capital americano foram investidos nessa indústria no Extremo Oriente. Pelo menos dez mil homens estavam empregados em relação a isso. Os próprios japoneses afirmam que em um ano, pouco antes da chegada do Comodoro Perry, quase cem baleeiros americanos passaram por Matsumae.¹⁵

Perry então partiu e prometeu retornar no ano seguinte para obter resposta sobre um possível tratado. No ano seguinte, em 1854, Perry de fato retornou ao Japão e obteve sua resposta por meio da assinatura do Tratado de Kanagawa. O tratado garantiu a abertura de dois portos – Shimoda e Hakodate – ao comércio, salvaguardando os marinheiros norte-americanos, assegurando provisões aos navios americanos e estabeleceu a criação de um consulado permanente no Japão, acabando com mais de dois séculos de isolamento. Contudo, o cônsul – Townsend Harris – escolhido para residir permanentemente no Japão só chegou ao arquipélago dois anos depois da assinatura do Tratado de Kanagawa. Ao chegar, o cônsul não perdeu tempo e fazendo uso da persuasão, iniciou debates com o governo japonês para a assinatura de um novo tratado. Ele argumentou que, ao contrário do pensamento econômico confucionista, o novo tratado seria mais benéfico do que prejudicial e que, além disso, seria melhor entrar em acordo com ele do que com os britânicos pela via dos canhões, como foi feito na China. Assim explica Peter Duus:

Chegando a Shimoda no final de 1856, Harris quase imediatamente abriu negociações para persuadir o bakufu a concordar em negociar. Embora, ao contrário de Perry, não tinha frota para apoiá-lo, ele provou ser um defensor persuasivo. Ao mesmo tempo persuadindo e intimidando, Harris argumentou que, contrariamente às teorias econômicas confucianas, o comércio seria mais benéfico do que prejudicial e que seria melhor para os japoneses chegar a um acordo com ele do que com uma frota de canhoneiras britânicas, como os chineses tinham feito.¹⁶

¹⁵ ROSSITER, 1906, p.241, Tradução livre.

¹⁶ DUUS, 1976, p.52, Tradução livre.



Figura 1 - Fotografia do Comodoro Matthew C. Perry¹⁷

Embora a chegada dos ocidentais tenha gerado divergentes opiniões no tocante aos caminhos tomados pelo Japão mediante à pressão ocidental, não se sabia muito como lidar com os “bárbaros”. Sem saber como proceder, o xogun solicitou então, a opinião dos *daimios* a respeito do tratado. Esse grupo, por sua vez, se dividia em dois. O primeiro grupo de *daimios* era aquele formado por senhores de terras que eram “elegíveis” para postos maiores na administração, defendiam a manutenção do status quo mas enxergavam que aceitar o tratado era necessário. Mais do que isso, começaram a sentir que sua posição era tratada como influência sobre as decisões do bakufu, que passaram a ser abertamente compartilhadas. O segundo grupo era formado pelos *daimios* reformistas altamente anti estrangeiros. Para estes, “tempos de crise demandavam sangue novo na administração do bakufu”¹⁸ e também viam na mudança de poder uma oportunidade auspiciosa para a propagação de ideais de liberdade e igualdade.

O resultado da fragmentação entre reformistas e “conservadores” foi uma crescente polarização das opiniões em relação a como lidar com o tratado e os estrangeiros. Na tentativa de solucionar o problema da política externa, Hotta, pertencente ao grupo não reformista, decidiu submeter o Tratado de Harris à aprovação do imperador tendo a certeza de que sua aprovação era certa. Tal tentativa acabou sendo altamente desastrosa, uma vez que “tanto o imperador Komei, quanto os nobres da corte em torno dele eram contra o tratado e anti estrangeiros”¹⁹. Após o fracasso na empreitada de Hotta,

¹⁷ Mathew B. Brady, Salted paper print from glass negative, 1856–58.

¹⁸ DUUS, op. cit., p.63, Tradução livre.

¹⁹ DUUS, 1976, p.63, Tradução livre.

Ii Naosuke assumiu o papel de lidar com a questão da política externa em seu lugar. Não obstante, em julho de 1858, Harris propagou a notícia de que a China havia sido derrotada pela Grã-Bretanha e pela França na Segunda Guerra do Ópio e que as duas nações estariam a preparar uma expedição naval com destino ao Japão. Ii, por sua vez, resolveu se adiantar e assinar o Tratado de Harris mesmo sem aprovação imperial. O tratado de 1858 garantiu a abertura de mais cinco portos ao comércio com os americanos, liberdade religiosa e o direito de extraterritorialidade em termos bastante semelhantes aos tratados desiguais impostos à China.

Como punição, Ii foi forçado a aderir ao isolamento e anos mais tarde foi assassinado. A partir da assinatura do tratado, o xogunato perdeu a confiança de liderança política que lhe foi conferida pelo imperador e, por consequência, a liderança dos Tokugawa estava ameaçada. É importante ressaltar que o declínio na confiança da liderança dos Tokugawa não levou a sua queda imediata. Contudo, “havia um forte sentimento em favor da alteração do regime em questão em detrimento de lidar melhor com o problema estrangeiro”²⁰ e o imperador, por ter se mostrado contrário ao tratado, se tornou um grande símbolo da luta contra os estrangeiros.

A crescente polarização entre os *daimios* se seguiu durante vários anos, com diversos atos de revolta. O grupo dos reformistas havia ganhado apoio também de jovens samurais leais ao sentimento anti estrangeiro. Entretanto, alguns reformistas como Ito Hirobumi – que mais tarde viria a se tornar primeiro ministro do governo Meiji – perceberam que a expulsão completa dos “bárbaros” era impossível e passaram a encabeçar uma mudança de postura no lado reformista, que se tornou mais realista. A grande questão, nesse momento, era como restaurar os poderes imperiais e derrubar o xogunato. Uma vez que o regime Tokugawa caísse e os poderes imperiais fossem restaurados, uma nova maneira de liderar o país surgiria, alimentando o desejo dos reformistas. Um plano então surgiu e acabou dando fim ao domínio Tokugawa:

Em julho de 1867, samurais ativistas de Tosa, liderados por Sakamoto Ryoma, apresentaram um plano para uma transferência pacífica de poder: a abolição do xogunato, o rebaixamento da família Tokugawa para o mero status de daimio e o estabelecimento de uma assembleia bicameral composta de uma casa superior de nobres da corte e daimios e uma câmara baixa de samurais e até plebeus. O plano de Tosa combinava com as idéias dos reformadores dentro do bakufu como Katsu Awa, e até mesmo com as esperanças do próprio Keiki. Em novembro, Keiki

²⁰ Ibid., p.64, Tradução livre.

finalmente concordou com um retorno formal dos poderes soberanos ao imperador.²¹

A despeito da chegada dos ocidentais ser constantemente citada como o principal motivo para a queda do xogunato, não podemos ignorar outros fatores responsáveis pela restauração do poder imperial que nasceram no seio do xogunato Tokugawa. Quando da chegada dos norte-americanos, a população já se encontrava inclinada a mudanças graças à fome, crescimento populacional exacerbado e desastres naturais que assolaram o Japão na segunda parcela do século XIX em conjunto com as sucessivas falhas dos Tokugawa para reverter os problemas, causando diversas revoltas camponesas. A chegada dos ocidentais foi apenas o desenlace de todo esse processo.

Posto isso, a soma de forças distintas, por fim, uma forte rebelião desencadeada pelos descontentes com o regime pôs fim ao domínio Tokugawa no fim de 1867, restaurando os poderes do imperador em janeiro de 1868. Essa mudança marca o início de um novo processo de transformação sem precedentes da história do Japão, que somado a outros fatores, coloca o país em pé de igualdade com as grandes potências já no fim do século XIX e início do século XX.

1.2 A Restauração Meiji transforma o Japão

Com o colapso do xogunato e a consolidação do governo Meiji através da restauração dos poderes do imperador, iniciou-se um novo processo com objetivos bastante distintos do que fora consolidado anteriormente pelos Tokugawa. A penetração ocidental no Japão, nesse estágio, já não podia mais ser desfeita e muito menos impedida. Agora, como nunca antes, a modernização das velhas estruturas econômicas, políticas e sociais se tornara urgente de tal modo que o Japão enxergou no Ocidente a janela de oportunidade necessária para encabeçar sua própria modernização, pelas vias da ocidentalização sistemática, de forma que “a força motriz era a ocidentalização. O Ocidente possuía claramente o segredo do sucesso e, portanto, precisava ser imitado a todo custo”.²²

O ponto central da Era Meiji e uma das principais mudanças feitas no período foi a restauração do poder imperial. A partir do momento em que o poder retorna *de facto* às mãos do imperador, resgatou-se o seu direito divino de governar por sua vontade incontestável sob as bênçãos dos ancestrais. Esse ensejo tomou papel central e

²¹ DUUS, 1976, p.71, Tradução livre.

²² HOBSBAWM, 2005, p.165.

determinante do sucesso da modernização japonesa de forma que se transformou em uma perspicaz forma de justificar as reformas estruturais que estariam por vir. Apoiar as reformas era, por consequência, apoiar o imperador.

Ainda que tenha tido seus poderes restaurados, a realidade praticamente não acompanhou essa mudança, uma vez que todos os decretos imperiais exigiam também a assinatura de um ministro de Estado. O imperador Komei, que acompanhou o declínio Tokugawa, era pai de Mutsuhito. Komei foi diagnosticado com varíola em janeiro de 1867 (embora haja discordância entre os historiadores sobre as verdadeiras causas de sua morte) e veio a falecer no fim do mesmo mês. Mutsuhito, que ficaria conhecido por imperador Meiji, tinha apenas 15 anos quando se viu no centro dessa reversão de poder e, na prática, continuou com poderes bastante limitados. Komei legitimou e tornou-se símbolo do movimento reformista a partir do momento em que se declarou contra o Tratado de Harris, fazendo com que Kyoto acabasse se tornando o lugar de reunião para elementos anti estrangeiros. Sendo assim,

Sua morte foi com certeza conveniente, porque permitiu obter o importantíssimo reescrito de autorização imperial. Também afastava a possibilidade de o imperador ser um adulto relutante e difícil, deixando em seu lugar, como chefe de Estado, um rapaz potencialmente manipulável.²³



Figura 2 - Mutsuhito, o imperador Meiji²⁴

²³ HENSHALL, 1999, p.99.

²⁴ Unknown author, Library of Congress, Washington, D.C.

De forma ampla, o período Meiji teve suas bases construídas em torno da figura de seu imperador, uma vez que a vida dos japoneses passou a girar em torno dessa figura, todas as reformas que se seguiram em nome de sua vontade incontestável foram realizadas. Sendo assim, as reformas estruturais empreendidas de 1868 a 1912 escondem na vontade Mutsuhito uma ampla equipe de conselheiros por trás dessas reformas, como explica Célia Sakurai

Antes e depois da Restauração suas funções não haviam mudado, ou seja, o imperador não tinha nenhum poder executivo e continuava sendo muito mais um símbolo que um personagem político. A diferença é que, depois de 1868, em torno desse símbolo passa a girar a vida da nação japonesa. Esforços coletivos são feitos em nome de sua glória, que se confunde com a do próprio Japão.²⁵

Kenneth Henshall completa essa ideia:

Afortunadamente, parecia que os estrangeiros não estavam interessados na invasão, de momento, pelo menos, e o rapaz imperador não era empecilho. Os jovens samurais que dirigiram o golpe em seu nome puderam consolidar o seu controle do governo e trazer uma certa estabilidade ao país, apesar de todas as mudanças.²⁶

A restauração dos poderes do imperador foi apenas a primeira de uma série de reformas estruturais, responsáveis pela rápida modernização do império nipônico. Outras mudanças profundas foram realizadas em diversas outras áreas, destacando-se as áreas social, econômica e política. O anterior lema xenófobo “*Sonno joi*” (Reverenciemos o imperador, expulsemos os bárbaros) seria em breve substituído por outros mais pragmáticos e construtivos como “*Wakon Yosai*” (Espírito japonês, tecnologia ocidental)
”²⁷

Para dar início às mudanças pretendidas fazia-se necessária a unificação da capital em um só lugar. Para tal, devia-se optar por uma das “duas capitais” – Edo e Kyoto. Enquanto Kyoto era a capital oficial, onde vivia o imperador e o Grande Conselho, Edo além de abrigar o xogum, acabou se tornando a capital do verdadeiro poder político e econômico, favorecidos principalmente por sua localização no litoral japonês. Dessa forma, entre Edo e Kyoto a escolhida foi Edo, renomeada de Tóquio, que significa

²⁵ SAKURAI, 2007, p.148.

²⁶ HENSHALL, Kenneth G. *História do Japão*. Lisboa: edições 70, 1999, p.141.

²⁷ *Ibid.*, p.109.

“capital oriental”. Para a nova capital mudou-se o imperador e todo o aparato estatal, centralizando assim o poder em uma única cidade.²⁸

Pouco tempo após os eventos que se seguiram em 1868, diversas missões foram enviadas ao Ocidente, em caráter exploratório. Essas missões tinham o objetivo de coletar dados e absorver o máximo possível da tecnologia ocidental. Destas, a mais conhecida foi a Missão Iwakura:

Houve uma série de missões oficiais ou semioficiais à América e/ou à Europa, a maior e mais conhecida das quais foi a já mencionada Missão Iwakura, em 1872-1873. Esta tinha cerca de 50 membros oficiais, incluindo figuras políticas de destaque como Ito, Okubo, Kido e o próprio Iwakura e tinha pelo menos outros tantos acompanhantes não oficiais, sobretudo estudantes. Que uma missão tão grande quanto esta pudesse ser enviada para fora do Japão – retirando tantos dirigentes ao trabalho efetivo – tão pouco tempo após a Restauração, é a prova da confiança do novo governo. Como noutras missões, muitos dos que foram nela publicaram as suas reflexões e impressões quando regressaram, divulgando o conhecimento que tinham adquirido. Os relatos de suas viagens eram amplamente lidos por esta nação instruída, uma nação desejosa de aprender com o Ocidente, mas ainda um pouco confusa por tudo isto.²⁹

No Japão, milhares de ocidentais foram contratados pelo governo para que ensinassem sua tecnologia aos japoneses, os quais se, preocupavam-se em dominar as técnicas ensinadas. Entre esses especialistas, “se incluíam técnicos de minas, navegação, cunhagem de moeda, transportes, bancos, direito, ciência política, agricultura, educação e até forças armadas”³⁰. Assim que controlavam a tecnologia por completo, os ocidentais eram despedidos, como explica Sakurai “O Japão também contratou consultores estrangeiros, cerca de quatro mil no período Meiji. [...] Os consultores recebiam altos salários, mas eram demitidos assim que os japoneses se tornavam aptos a executar sua tarefa”³¹.

Dos intercâmbios culturais entre o Oriente e o Ocidente vieram as diferenças de valores notáveis entre estrangeiros e japoneses. Para os japoneses, o papel do indivíduo dentro da sociedade era pautado nos laços que os ligavam à suas comunidades ancestrais e à coletividade. De acordo com Sakurai (2006), o contato com o Ocidente introduziu ideias contrárias ao que era praticado no Japão, causando grande estranheza. Para além

²⁸ Para mais informações, consultar NAITO, Akira; HOZUMI, Kazuo. **Edo, the City that Became Tokyo. An Illustrated History.** Tóquio, Kodansha International, 2003.

²⁹ HENSHALL, 1999, p.118.

³⁰ Ibid., p.118.

³¹ SAKURAI, 2006, p.152.

disso, a repentina introdução de ideias de liberdade e igualdade tão sonhadas pelos reformistas também se tornou um problema, uma vez que desafiou uma tradição milenar a partir da introdução desses princípios, por lei, na própria sociedade nipônica.

Com o tempo, a introdução do comércio na sociedade japonesa abalou as rígidas estruturas sociais consolidadas pelo xogunato Tokugawa, responsáveis também pela unificação do território e solidificação de sua legitimidade. Após a reabertura ao comércio e introdução de novos produtos e forças de mercado, classes consideradas inferiores como comerciantes e outros passaram a ganhar maior importância na organização social, havendo por consequência a diversificação das atividades exercidas pelos *daimios*.



Figura 3 - Tokugawa Ieyasu, o primeiro xogum dos Tokugawa.³³

Figura 4 - Cena comum na esquina de um *daimio* ³²



Logo após, os senhores de terras foram convidados a devolver suas terras ao imperador para que os *daimios* fossem transformados em prefeituras, que passaram a ser administradas por funcionários nomeados pelo governo. Segundo Hernshall, embora nem sempre de bom grado:

Os daimios foram convencidos a aceitar essas mudanças, em parte mediante generosos acordos financeiros e/ou cargos de governadores nas novas prefeituras. Não só os daimios receberam rendimentos avultados, mas o governo assumiu as dívidas dos seus domínios e a responsabilidade de pagar os salários dos seus servidores samurais, que reduziu a cerca de um terço. Esse tratamento generoso dos daimios e, em menor medida,

32 E. Therond, Street Scene in the Quarter of the Daimios, Japan, 1882.

33 Autoria desconhecida. Disponível em:

https://intranet.catalogodasartes.com.br/Upload/@Historia_da_Arte/Per%C3%ADodo%20Edo%20-%20Per%C3%ADodo%20Tokugawa/periodotokugawashogun.jpg

dos samurais foi importante politicamente, porque ajudou a reduzir o risco de resistência armada contra o regime.³⁴

Ainda no campo econômico, surge o apoio à iniciativa privada exclusivamente japonesa, bem como a criação de um sistema bancário e monetário, abolindo assim o pagamento de impostos em arroz substituindo-o por dinheiro. Agora, o valor das terras, os impostos sobre a produção e o pagamento dos samurais deveria ser feito em moeda e não mais em grãos, e o arrendamento de terras também passou a ser possível. É desse período que surgem as grandes empresas japonesas, como a Mitsubishi por exemplo, lideradas por samurais que perceberam o tom da nova ordem e decidiram participar da modernização.

Na busca de acomodar-se aos novos tempos, alguns antigos samurais perceberam rapidamente a inevitabilidade do capitalismo e a mudança de rumos e se engajam como membros ativos do novo regime. Um caso exemplar é o de Yataro Iwasaki, ex-samurai de Tosa (em Shikoku), que fundou o grupo Mitsubishi. No caso do grupo Mitsui, seus fundadores já eram comerciantes e banqueiros desde o final do século XVII. [...] Para levar adiante seus projetos de modernização econômica, a partir de 1873, o governo associou-se a empresas como a Mitsui e a Mitsubishi. Tais empresas souberam tirar proveito dessa vontade de mudanças fazendo negócios com o Estado e explorando segmentos promissores que necessitavam de grandes investimentos. Com a parceria muito bem recompensada por seu “patriotismo”, elas cresceram, tornando-se conglomerados ainda na era Meiji.³⁵

É importante destacar que, apesar do incentivo à iniciativa privada por parte do governo, inicialmente não houve grande interesse privado em investir. Por consequência, o arquipélago nipônico precisou criar, por conta própria, algumas empresas estatais.

Quanto à capacidade empresarial, esta não podia, evidentemente, ser deixada aos estrangeiros. Deveriam ser os próprios japoneses a estabelecer e manter a posse das indústrias mais importantes, pelo menos. Em geral, as casas de comércio do período Tokugawa não manifestavam um desejo particularmente grande de aceitar o desafio de estabelecer indústrias modernas, que consideravam demasiado arriscadas. A Mitsui e a Sumitomo foram, de fato, as únicas grandes casas a fazê-lo. Pelo contrário, na maioria dos casos a iniciativa empresarial foi assumida ou pelo próprio governo, ou pela “classe” dos samurais de baixo estatuto – muitas vezes com associações de camponeses – que constituía o governo.³⁶

³⁴ HENSHALL, 1999, p.111.

³⁵ SAKURAI, 2006, p.138-139.

³⁶ HENSHALL, op. cit, p.135.

O rígido sistema hierarquizado de classes consolidado pelos Tokugawa também foi abolido³⁷. Assim como no Ocidente, o Japão passou a reforçar que todos deveriam ser iguais, abolindo todo tipo de distinção social visível. O exemplo mais marcante desse aspecto é a proibição do tradicional corte de cabelo dos samurais e o porte das famosas katanas, as espadas dos samurais. Essa antiga classe entrou em grande revolta quando os elementos que os distinguiam dos demais passaram a ser proibidos. Pouco depois, o pagamento dos samurais passou a ser substituído por títulos do governo, ao perceber que os privilégios dessa classe consistiam boa parte da receita, o que agravou o descontentamento iniciado desde o período Tokugawa, uma vez que os samurais foram, pouco a pouco, perdendo sua função após a unificação do território e à época da criação do exército já na Era Meiji, seus serviços não se faziam mais necessários, os elementos que o distinguiam dos demais e seu prestígio deixaram de existir.

O governo Meiji comprometia 30% de toda a sua receita com o pagamento dos samurais. Para minimizar suas despesas, o Estado resolveu pagar suas “indenizações” na forma de bônus do tesouro. Para os samurais de escalão mais baixos, isso foi um golpe, pois, com a queda do valor recebido por conta da inflação, passaram a ter que procurar ocupações que lhe completassem a renda para sobreviver.³⁸

Com a abolição das estruturas feudais, a identificação da população não podia mais estar atrelada ao clã de um senhor de terras e cada família deveria ser identificada isoladamente. Dessa forma, o Japão passou a adotar sobrenomes para distinguir famílias. Ademais, a criação de um exército que pudesse, mais tarde, defender os interesses japoneses se tornara urgente. Com influências do modelo militar prussiano, o serviço militar passou a ser obrigatório, bem como a educação compulsória e universal a partir de 1872. A universidade de Tóquio, a primeira do Japão, foi criada no ano de 1877.

Das mudanças citadas – o alistamento e educação compulsórios – foram, talvez, as ações mais duramente recebidas pela população. Em especial, a população camponesa não poderia mais contar com o mesmo número de braços trabalhando nos campos, uma

³⁷ O regime de xogunatos funcionou de forma semelhante ao feudalismo europeu. Embora ambos sejam essencialmente distintos entre si, destaca-se a submissão dos camponeses e dos samurais a um senhor, que por sua vez encontrava-se subordinado ao xogum. Contudo, nessa organização o imperador não gozava de grandes poderes políticos, ficando o poder *de facto*, nas mãos do xogum. O organismo que representava tal arranjo era o *daimio*, nome que recebia a propriedade de cada senhor de terras e é frequentemente utilizado para reconhecimento de um clã japonês. Além disso, o título de xogum é militar, pois este era o responsável pela condução dos exércitos. Dito isso, somados todos os indivíduos presentes nessa organização, para esse regime dá-se o nome de xogunato ou bakufu. Isto posto segue-se o restante da estratificação social na seguinte ordem de importância: Imperador → Xogum → *Daimios* → Samurais → Camponeses → Artesãos → Mercadores.

³⁸ SAKURAI, 2006. p.156.

vez que os filhos deveriam obrigatoriamente, estudar e alistar-se. Além disso, o novo sistema monetário exigia o pagamento de impostos em moeda. Impostos estes que eram estipulados com base no valor da propriedade e não mais sobre a produção desta, aumentando consideravelmente a carga de trabalho nos campos, o que por consequência colaborou para o surgimento das revoltas camponesas que se seguiram. As revoltas – tanto camponesas quanto de samurais – foram duramente reprimidas sob pretexto da necessidade de ocidentalização do arquipélago japonês.

Nos cinco primeiros anos do governo Meiji, entre 1868 e 1873, houve 117 revoltas camponesas em protesto contra o pagamento de impostos em dinheiro. [...] Os impostos não mais recolhidos em *koku* de arroz, a nova liberdade de comprar e vender terras e a possibilidade de arrendamento exigiam que todos os pagamentos fossem feitos em dinheiro, o que muitos camponeses tinham dificuldade de obter.

Os soldados, considerados imprescindíveis para o Estado, eram usados para abafar revoltas internas e, na época das guerras Sino-japonesa e Russo-japonesa, lutavam no estrangeiro. [...] Isso significou que as famílias camponesas não podiam contar com a mão de obra de seus jovens, sofrendo muitíssimo com essa limitação.³⁹

Contudo, essas mesmas mudanças foram responsáveis por promover, consolidar e difundir o nacionalismo japonês na sociedade e, sem estas, seria mais provável que a Restauração Meiji se tornasse um movimento de curta duração, que acabaria por fracassar.

Juntamente com as reformas já citadas, o Japão passou a adotar o calendário gregoriano em detrimento do calendário lunar, ocidentalizando também a percepção de tempo. A língua japonesa também foi unificada. Documentos do império e a própria educação passaram a ser feitos não mais em Kanji como era no sistema feudal, mas em Katakana⁴⁰. Além disso, grandes investimentos foram feitos na indústria, nas comunicações e nos transportes, permitindo assim a verdadeira modernização do Japão. O telégrafo começou a funcionar já em 1869 e logo depois o serviço postal em 1871, a

³⁹ SAKURAI, 2006, p.154.

⁴⁰ Kanji são os conhecidos ideogramas japoneses, que foram incorporados séculos antes da língua chinesa. Já o Katakana é o alfabeto mais utilizado para palavras de origem não japonesa, ou seja, palavras de origem ocidental, o que explica a difusão de seu uso neste período.

primeira ferrovia passou a operar a partir de 1872. Estes tiveram papel fundamental na modernização empreendida.⁴¹

A Reestruturação Meiji se pautou na ocidentalização e modernização sem a perda da tradição japonesa milenar. Dessa forma, ainda que houvesse descontentamento com o que era imposto, a grande maioria das ações do governo empreendidas nesse período acabaram, sendo apoiadas pela população. Nesse sentido, o nacionalismo cumpriu papel determinante na construção do Japão moderno. Ele veio como força de unificação em meio à invasão ocidental e ao medo de serem por ela afetados em excesso, fomentando o orgulho da população baseado na singularidade da história e dos elementos tradicionais desta cultura. Tal pensamento foi a chave para conseguir o apoio necessário para empreender tantas reformas, em que parte alguma da vida japonesa deixou de ser afetada.

Em 1868, quando foi feita a restauração do poder imperial, Mutsuhito prometeu a outorga de uma constituição. Por meio de dezenas de éditos imperiais, a ocidentalização penetrou na sociedade japonesa. Já a nova constituição foi publicada apenas em 11 de fevereiro de 1889, coroando o processo de modernização iniciado em 1868. A constituição Meiji de 1889 foi substituída por uma nova apenas em 1946, após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial.

Em 1881, o então ministro de Estado, Ito Hirobumi reiterou a promessa de uma nova constituição, bem como a formação de uma Assembleia Nacional. Ao contrário do que se espera de um processo como este, não houve Assembleia Constituinte. Ito recebeu anuência do imperador para que ele próprio formulasse o documento pois, como argumenta Peter Duus, a constituição deveria ser um presente do imperador a seus súditos e, dessa forma, não havia razão para que fosse submetida a uma constituinte. O autor argumenta ainda que, diferentemente da constituição norte-americana, a constituição japonesa não criou novas instituições, mas firmou instituições já existentes⁴². Sendo assim, um ano depois, Ito partiu para a Europa em busca de um modelo que pudesse inspirar a nova constituição. Seguindo modelos ocidentais, especialmente o modelo alemão, a nova constituição mesclou elementos de modernização com a tradição japonesa milenar, sustentando e agora legitimando formalmente todas as reformas empreendidas desde 1868. Ademais, o Japão tornou-se o primeiro país oriental a ser regido por uma constituição. Por esses motivos, a promulgação da constituição significou muito mais pois:

⁴¹ HENSHALL, 2004

⁴² DUUS, 1976.

A constituição foi a pedra angular do longo esforço para alcançar a paridade política com as potências ocidentais. Além disso, embora a constituição em operação ainda tivesse que ser testada, sua promulgação sinalizava um avanço além do domínio oligárquico da política, caracterizando as duas primeiras décadas Meiji. Os oligarcas ainda ocupavam o terreno político alto, mas seu muro de exclusividade política havia sido violado agora.⁴³



Figura 5 – Promulgação da Constituição Meiji de 1889⁴⁴

⁴³ DUUS, 1976, p.116, Tradução livre.

⁴⁴ [Toyohara Chikanobu](#), Ceremony of proclaiming the constitution, triptych, 1889.

CAPÍTULO 2: O Japão trilha o caminho do expansionismo

Como explanado no capítulo anterior, a era Meiji inaugurou a modernidade japonesa, causando uma transformação nas instituições e das mentalidades. Entretanto, o crescimento japonês vertiginoso possuía seus limites, seja pela necessidade de obtenção cada vez maior de matérias-primas que permitissem o fortalecimento do Japão ou pela obstinação de reconhecimento da soberania do país na Ásia. Por essas carências, vagarosamente, o Japão se volta para o expansionismo. Ironicamente, fazendo uso das mesmas táticas aplicadas em sua própria abertura forçada anos antes.

De acordo com Peter Duus, a política externa nipônica a partir de 1870 foi marcada por contenção, prudência e cautela, sendo esse tom marcado pela decisão de não invadir a Coreia como punição por supostos insultos diplomáticos para com os japoneses em 1873⁴⁵. E, ainda segundo o autor, essa política externa ajudou na sobrevivência do governo Meiji pois, em linhas gerais, o arquipélago nipônico encontrou-se relativamente livre de pressões externas. Contudo, essa diplomacia estava imbuída de uma ambição principal: a revisão dos tratados desiguais

Embora o governo tenha tentado o seu melhor para evitar conflitos externos que pudessem comprometer a tarefa de construir riqueza e força nacional, ele perseguiu uma política externa que misturou um uso astuto da diplomacia de estilo ocidental e do direito internacional com uma vontade de fazer uma exposição de força em defesa dos direitos do Japão. A busca agressiva dos interesses do Japão foi combinada com um forte senso de contenção e uma consciência contínua de que o Japão era fraco em comparação com os poderes ocidentais.⁴⁶

O fato é que na transição do século XIX para o XX, o Japão deixa seu lugar de subordinado às potências ocidentais para se tornar a principal potência asiática e por consequência, capaz de fazer frente aos países que subjugaram o Extremo Oriente. O que se busca neste capítulo, é a investigação dos eventos que colaboraram para que, novamente, os olhos ocidentais se voltassem ao Extremo Oriente para que fosse contemplada a nova posição do Japão, agora em meio às grandes potências.

Os eventos em questão para análise são: a Guerra Sino-Japonesa de 1894-1895 e a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. De certa forma, uma derivou-se da outra e, por esse motivo, não podem ser investigadas separadamente uma vez que ambas foram

⁴⁵ DUUS, 1976.

⁴⁶ Id., 1976, p.121, Tradução livre.

fundamentais para a consolidação do arquipélago nipônico como potência no cenário internacional.

2.1 A Guerra Sino-Japonesa (1895-1895)

Ao longo dos séculos, a relação entre o Japão e seus vizinhos próximos fora essencialmente de trocas comerciais e, com certa frequência, de envio de missões diplomáticas. Da China, os japoneses incorporaram elementos da escrita que deram origem à sua própria, juntamente com o budismo e mais tarde o confucionismo, que fundamentaram o estilo de vida japonês. Os monges budistas iam à China para estudar e retornavam trazendo textos em chinês. Durante muitos séculos, a escrita se restringiu a um grupo limitado de indivíduos e somente no período Meiji se difundiu completamente, com a introdução do ensino compulsório.

O budismo trouxe consigo várias palavras de textos sagrados traduzidos do chinês. A linguagem dos sutras, entretanto, ficou por muito tempo restrita a uns poucos japoneses que iam estudar na China ou na Coreia a partir do século VI. Esse grupo tornou-se uma elite letrada, distanciada do povo das aldeias, mas próxima da corte em Nara e Kyoto.⁴⁷

A Coreia – conhecida como reino eremita – por questões geográficas, se firmou como ponte entre o Japão e a China e acabou se configurando como o corolário do conflito entre o Império do Meio e a Terra do Sol Nascente. Após a assinatura do Tratado de Kangwha (1876) entre Coreia e Japão, outras nações tentaram e conseguiram estabelecer tratados desiguais com o reino coreano. No decorrer da década de 1880, “a dinastia coreana Chosun entrou em decadência e, recusando-se a fazer reformas, isolou-se (como fizera o Japão), o que lhe rendeu o epíteto de “Reino Ermitão””.⁴⁸

Como elucidado por Suchi Kato em “Tempo e espaço na cultura japonesa”⁴⁹, a história do Japão é caracterizada por uma sucessão de aberturas e fechamentos. Ainda que fechado em determinadas épocas como no período Edo⁵⁰, o arquipélago nipônico sempre manteve contado, ainda que mínimo, com seus vizinhos.

Com a chegada dos norte-americanos, a abertura forçada e mais tarde, a emergência da Restauração Meiji, juntamente com as reformas estruturais executadas

⁴⁷ SAKURAI, 2007, p. 262.

⁴⁸ GELBER, 2007, p.236.

⁴⁹ KATO, Shuchi. **Tempo e espaço na cultura japonesa**. São Paulo, Estação Liberdade, 2012.

⁵⁰ O período Edo (1603-1868) corresponde ao período em que reinou o xogunato Tokugawa e coincide também com os dois séculos e meio de isolamento do Japão, estendendo-se até a restauração do poder imperial.

pelo novo governo, o Japão sentiu a urgência de dilatação de suas fronteiras essencialmente por dois motivos. O primeiro era dar continuidade à expansão da industrialização, que demandava cada vez mais matérias-primas, em especial ferro e carvão. O segundo era mostrar-se forte o suficiente para conseguir uma revisão dos tratados desiguais assinados com chegada dos ocidentais. Para atingir ambos os objetivos, o Japão deveria investir na tentativa de se colocar em pé de igualdade com os ocidentais, por meio do expansionismo.

O conflito com a China em 1894-5 foi destinado, em parte, a separar o Japão do resto da Ásia e a conceder a aprovação ocidental para um relacionamento novo e mais equitativo. A razão para isso foi o medo do Japão de ser afogado no que parecia ser a última onda do imperialismo ocidental.⁵¹

Para os japoneses, a Coreia se apresentava como “um terreno propício para cumprir seus objetivos de alargar as fronteiras econômicas pelo comércio e para obtenção de matérias-primas”⁵². Conquanto, a Coreia mantivesse com a China uma relação de vassalagem tributária, ao mesmo tempo em que se mantinha fechada ao mundo exterior. Para o Japão, garantir a independência da Coreia garantiria, por consequência, que estaria livre de influência de outro país, deixando o caminho livre para o expansionismo japonês.

De olho no que o reino eremita poderia oferecer, os japoneses decidiram forçar a abertura do país pela assinatura do Tratado de Kangwha, de 1876. Os termos desse tratado reconheceram a independência da Coreia, estabeleceram representação diplomática mútua, abriu portos ao comércio e garantiu o direito de extraterritorialidade nos portos abertos pelo tratado.

Numa imitação mais ou menos consciente do exemplo ocidental, o governo decidiu abrir a Coreia, assim como os americanos abriram o Japão. Tradicionalmente, a Coreia era um estado vassalo da dinastia Qing, enviando regularmente missões de tributo a Pequim, mas um "reino heremita" fechado a todas as relações com o mundo exterior, assim como o Japão tinha sido até 1854. Usando um ataque à tripulação de um navio japonês como desculpa, os japoneses enviaram uma expedição de canhoneiras à Coreia para exigir o estabelecimento de relações comerciais. Não mais dispostos a arriscar a guerra do que o bakufu, o tribunal coreano finalmente concordou com as negociações. O tratado de Kangwha, assinado em janeiro de 1876, reconheceu a soberania independente da Coreia, previa a troca de representações diplomáticas,

⁵¹ LONE, Stewart. **Japan's first modern war: Army and society in the conflict with China, 1894-95**. London: The Macmillan Press LTD, 1994, p.12, Tradução livre.

⁵² SAKURAI, 2006, p. 163.

abriu uma série de portos para o comércio e deu aos japoneses certos direitos extraterritoriais nos novos portos do tratado.⁵³

A China passou a sentir seus interesses na Coreia ameaçados pela investida japonesa e a situação se agravou anos depois. Desde meados da década de 1880, o Japão se encontrava pronto para um confronto na Ásia, especialmente com a China, em razão dos interesses dos dois países no reino eremita. Tal confronto acabou se constituindo em um dos eventos que colocou o Japão em posição hegemônica privilegiada em relação aos demais países asiáticos.

Parecia claro, portanto, que forças maiores e melhores eram necessárias tanto para lidar com o Leste asiático quanto para defender o Japão do Ocidente. Se ao lidar com a Ásia de maneira autoritária o Japão pudesse ganhar o respeito do Ocidente e evitar um confronto, então que assim fosse; a expansão militar ainda era um pré-requisito, e o governo japonês na década de 1880 estava claramente mais inclinado a um "exército forte" do que a uma "nação rica".⁵⁴

Em 1894, a Coreia enfrentava uma rebelião interna liderada por camponeses, inspirados pela seita da religião Donghak⁵⁵, que protestava contra a corrupção de funcionários do governo coreano. Para dar fim à rebelião, o rei coreano pediu ajuda militar à China, que respondeu enviando suas tropas com cerca de 4 mil homens. O Japão, temendo que a influência chinesa voltasse a pesar sobre a Coreia, fez o mesmo, enviando cerca de 5 mil soldados. Pouco tempo depois, a rebelião foi sufocada pelas forças militares e ainda assim, ambos os países se recusaram a retirar suas armadas.

A contenda atingiu seu ápice no fim do mês de julho, quando o exército japonês começou a se deslocar para a Coreia. No dia 1º de agosto de 1894, foi feita a declaração de guerra oficialmente à China. Diversas batalhas se seguiram – tanto em terra quanto no mar – e o Japão, ao contrário do que se esperava, massacrou as tropas chinesas. O exército chinês pagou o preço pela corrupção e incompetência da dinastia Qing, em especial da imperatriz Cixi, que desviou recursos do exército para a construção de seu palácio de verão⁵⁶. Derrotada sucessivamente, a China acabou pedindo ajuda às potências europeias para que intervissem de modo que a guerra chegasse ao fim. Dessa forma:

Os russos, assustados com o avanço japonês, pressionaram Tóquio a aceitar uma retirada mútua. Os ingleses, por sua vez, ficavam cada vez

⁵³ DUUS, 1976, p.122, Tradução livre.

⁵⁴ LONE, 1994, p.17, Tradução livre.

⁵⁵ Uma religião humanista que tinha a igualdade humana entre seus princípios, bem como a crença de que o universo está em Deus, mas que Deus é maior que o universo.

⁵⁶ Ver mais em Gelber, 2012.

mais preocupados com a coesão da China. O Japão por fim aceitou um cessar-fogo, mas Ito insistiu que só negociaria se os chineses reconhecessem sua derrota total.⁵⁷

Em abril de 1895 o Tratado de Shimonoseki foi assinado, dando fim ao conflito Sino-Japonês. Pelo tratado, a China reconhecia sua rendição total e a independência da Coreia, cedia ao Japão os territórios de Taiwan e Ilha Pescadores, bem como o controle sobre a península de Liaodong. Além disso, concordou em pagar uma enorme indenização (paga por meio de empréstimos oriundos da França) de mais de 200 milhões de Táéis⁵⁸, o equivalente a cerca de quatro vezes o valor das receitas anuais do Japão e também estabeleceu um acordo comercial com o arquipélago nipônico, que deu aos japoneses as mesmas condições de extraterritorialidade e nação mais favorecida que os europeus haviam imposto à China pelos tratados desiguais.

Inesperadamente, o Japão havia derrotado o Império do Meio de forma magistral. O poderio militar japonês demonstrado na guerra Sino-Japonesa chamou atenção das potências europeias, especialmente da Rússia. Segundo Duus (1976), “embora os americanos e ingleses, em geral, reagissem favoravelmente à emergência do Japão como uma nova força internacional, os europeus continentais não estavam tão dispostos a admitir os japoneses no clube”.⁵⁹

Tendo interesses próprios na Coreia e na Manchúria, a Rússia se viu ameaçada com a entrega da península de Liaodong aos japoneses, pois o território coreano fazia fronteira com a Rússia, assim como Liaodong com o norte da Manchúria, que se encontrava em território russo. Observando o sucesso do expansionismo japonês, Rússia, França e Alemanha formaram uma aliança de Intervenção Tripartida logo que o Tratado de Shimonoseki foi assinado, na tentativa de refrear a ameaça que os japoneses haviam se tornado no Extremo Oriente.

A Rússia, em particular, [...] agiu muito rapidamente. Menos de uma semana depois do Tratado de Shimonoseki, persuadiu a Alemanha e a França a juntarem-se-lhe na Intervenção Tripartida para aconselhar o Japão a renunciar à península de Liaotung, com o argumento de que, se não o fizesse, criaria instabilidade na área. Ansioso por manter a boa vontade das potências ocidentais, o governo do Japão seguiu o conselho, para grande descontentamento do público japonês.⁶⁰

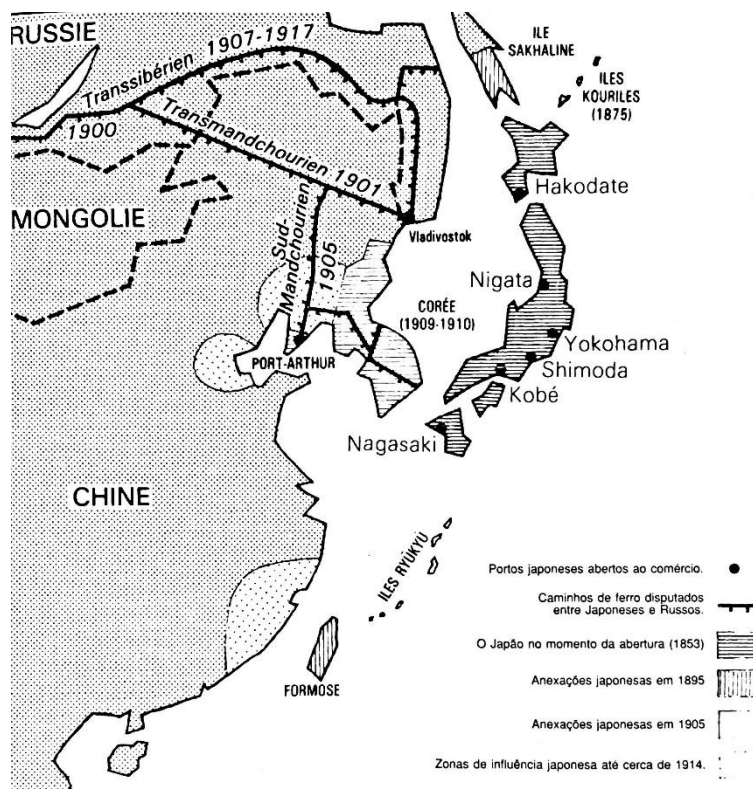
⁵⁷ GELBER, 2012, p.253.

⁵⁸ O equivalente a cerca de 45 milhões de libras, de acordo com Gelber, 2012, p 484.

⁵⁹ DUUS, 1976.

⁶⁰ HENSHALL, 1999, p.129.

A Intervenção Tripartida funcionou e, por meios diplomáticos, o Japão acabou devolvendo Liaodong à China. Contudo, “essa "Intervenção Tripla" foi um duro golpe para o orgulho japonês, pois roubou aos japoneses o que eles sentiram ter sido conquistado por direito no campo de batalha de forma triunfante”⁶¹. Esse sentimento, somado a outros fatores, causou dez anos mais tarde uma vitória ainda mais espetacular do Japão, desta vez sobre a própria Rússia.



Mapa 1 – A Expansão Japonesa⁶²

2.2 A Guerra Russo-Japonesa (1904-1905)

O conflito entre a Rússia e o Japão ocorrido no início do século XX, assim como a Guerra Sino-Japonesa, foi responsável por trazer ao arquipélago nipônico uma nova posição no cenário asiático e internacional.

As tensões entre os dois países se iniciaram ainda no fim do conflito Sino-Japonês, quando a Rússia, juntamente com a Alemanha e a França, intervieram nos termos do Tratado de Shimonoseki forçando o Japão a devolver a península de Liaodong à China. Ironicamente, cerca de três anos mais tarde, a própria Rússia conseguiu o arrendamento

⁶¹ DUUS, 1999, p.130, Tradução livre.

⁶² Disponível em: MILZA, 1995, p.123.

da península por um período de vinte e cinco anos. O sentimento de aversão aos russos se cresceu a partir da humilhação que o Japão sofreu ao devolver Liaodong e se cristalizou com o arrendamento a partir de 1898.

Para os russos, a posse da península significava muito mais. Significava a porta aberta para a consolidação do império russo como hegemônico na Ásia. O arrendamento garantiu Port Arthur à Rússia, que era essencial ao país sendo a única base naval que não congelava no inverno, ao contrário da base naval de Vladivostok. Devido à posição estratégica de Port Arthur, os russos passaram a estimular a migração para a Manchúria – tanto russa quanto chinesa – aceleraram a construção da ferrovia Transiberiana e guarneceram as fronteiras militarmente, enviando soldados tanto para o sudeste da Manchúria, quanto para a Coreia.⁶³

Desenhou-se a partir daí o contorno de um conflito que se tornou cada vez mais inevitável. Em 1900, iniciou-se na China a Rebelião dos Boxers a favor da dinastia Qing e contra os estrangeiros. O movimento se originou no interior do país sob o princípio de que a pobreza camponesa e o desemprego eram resultado das disputas imperialistas e importações de produtos ocidentais. Então, fazendo uso da violência com apoio e estímulo da imperatriz – que mais tarde declarou guerra às potências estrangeiras – os Boxers assassinaram missionários, representantes diplomáticos e destruíram instituições estrangeiras. O Japão, a Rússia e outras seis nações, sufocaram rapidamente a revolta. Suprimido o conflito interno chinês, a Rússia não retirou suas tropas, causando ainda mais desconforto ao Japão.

A questão entre o Japão e a Rússia tinha estado a incubar desde a intervenção tripartida de 1895. A Rússia tinha continuado a sua política expansionista no Nordeste da Ásia, simbolizada por extensas linhas de caminho-de-ferro. Em 1900, rebentou no Norte da China a Revolta dos Boxers contra os estrangeiros, sendo esmagada pela aliança das tropas de oito nações, incluindo o Japão e a Rússia. Contudo, esta recusou a retirar suas tropas depois da Revolta, para consternação das outras potências e, em particular, do Japão.⁶⁴

Embora o cenário já estivesse praticamente formado para que o Japão declarasse guerra à Rússia, o pomo da discórdia se definiu pouco depois. Um tratado foi feito entre a Rússia e a Coreia, garantindo concessões no rio Yalu e a extensão das ferrovias russas até o porto de Mesampo, que tinha tanto potencial quanto Port Arthur. Caso se

⁶³ SAKURAI, 2006.

⁶⁴ HENSHALL, 1999. p.131

concretizasse, a Rússia teria três pontos de controle naval e militar: Vladivostok, Port Arthur e Mesampo, interligados pela ferrovia Transiberiana.

As intrigas começaram no final dos anos noventa; concessões no Yalu foram garantidas por duques russos; planos foram traçados para uma ferrovia russa através da Coreia até o porto sulista, Masampo. Negociações foram feitas para assegurar aquele esplêndido porto, um porto grande o suficiente para flutuar nas marinhas do mundo e permitir obras defensivas que o tornassem um segundo Port Arthur. O significado de tudo isso era claro. A Rússia pretendia fazer de Masampo um terceiro centro militar e naval para o seu império oriental (GULIK, 1905, p. 145, Tradução livre)⁶⁵

Sidney Gulik, escreveu “The White peril in the far east”⁶⁶ ainda em 1905 – mesmo ano de conclusão do conflito Russo-Japonês – argumentando que não se pode afirmar que a Rússia também gostaria de incluir o Japão em seu domínio, mas queria eliminá-lo como fator político no Extremo Oriente.

Em 1902, na tentativa de frear o avanço russo, o Japão firmou uma aliança com a Grã-Bretanha. O novo acordo militar foi o primeiro “concluído em igualdade de condições entre uma nação ocidental e outra não ocidental”⁶⁷. O acordo não ratificou o controle do Japão sobre a Coreia, mas reconheceu seus interesses ao mesmo tempo em que não determinou obrigatoriedade de combate em favor do Japão no provável conflito. “Todavia, deu ao Japão a segurança de que seria improvável que outras potências ocidentais fossem atuar contra ele nessa guerra”⁶⁸ pois, atuar contra os japoneses, agora aliados aos ingleses, poderia significar um ataque, mesmo que indireto, à Inglaterra. No decorrer do conflito, a Aliança Anglo-Japonesa se tornaria fundamental para a vitória do Japão.

Em 1903, o governo russo passou a construir barricadas e fortes em território coreano, o que serviu ao Japão como um alerta ainda maior das ambições russas no Extremo Oriente. O governo japonês tentou fazer uso da diplomacia para entrar em acordo com a Rússia. O Japão estava disposto a reconhecer os interesses russos na Manchúria, se a Rússia reconhecesse os interesses do Japão na Coreia, mantendo o princípio da “porta aberta” com igualdade de condições de todos os países no comércio com essas regiões.

⁶⁵ GULIK, 1905, p. 145, Tradução livre.

⁶⁶ GULIK, Sidney Lewis. *The white peril in the Far East: an interpretation of the significance of the Russo-Japanese War*. New York, F.H. Revell Co., 1905.

⁶⁷ HENSHALL, 1999 loc. cit.

⁶⁸ HENSHALL, 1999, p.131.

Na primavera de 1903, a Rússia definitivamente incluiu a Coreia em seus planos. Ela enviou suas tropas em roupas comuns através do Yalu, e começou a construir quartéis e fortes em solo coreano. Os estadistas japoneses reconheceram a gravidade da situação de uma só vez e abriram correspondência diplomática com São Petersburgo.

[...]

A correspondência diplomática foi realizada por meses (julho a fevereiro), as respostas russas foram feitas com atraso exasperante. Durante toda a disputa diplomática, nenhum dos dois lados mostrou a mínima disposição para ceder um ponto. A Rússia não estava disposta a reconhecer os direitos do Japão na Manchúria nem a garantir a integridade da China.⁶⁹

A troca de correspondências diplomáticas durou meses a fio e não houve avanços nas negociações. Finalmente, em fevereiro de 1904, o Japão rompeu relações diplomáticas e declarou-lhe guerra. O elemento surpresa ficou a cargo dos japoneses, que enviaram suas frotas e tropas para combate, sem aviso, logo que a declaração de guerra foi feita. Os navios russos foram destruídos, abrindo caminho para o combate em terra que também foi bem-sucedido, tanto na Manchúria, quanto na Coreia. A derrota russa veio no início de 1905, quando os russos enfrentavam não só uma guerra, mas também seus próprios conflitos internos.

A Revolução Russa de 1905 que se iniciava, forçou a necessidade de acabar com a guerra de uma vez por todas. Dessa forma, a frota russa que estava no Báltico teve que ser acionada, com mais de trinta navios de cerca de 12 mil homens⁷⁰. Contudo, graças à Aliança Anglo-Japonesa, a frota não obteve autorização dos britânicos para atravessar o Canal de Suez, o que, por consequência, gerou atraso na chegada graças ao desvio que precisou ser feito. A frota desviou de sua rota original, tendo que contornar a costa oeste do continente africano. Antes de chegar ao seu destino final, a frota foi interceptada e destruída por navios japoneses.

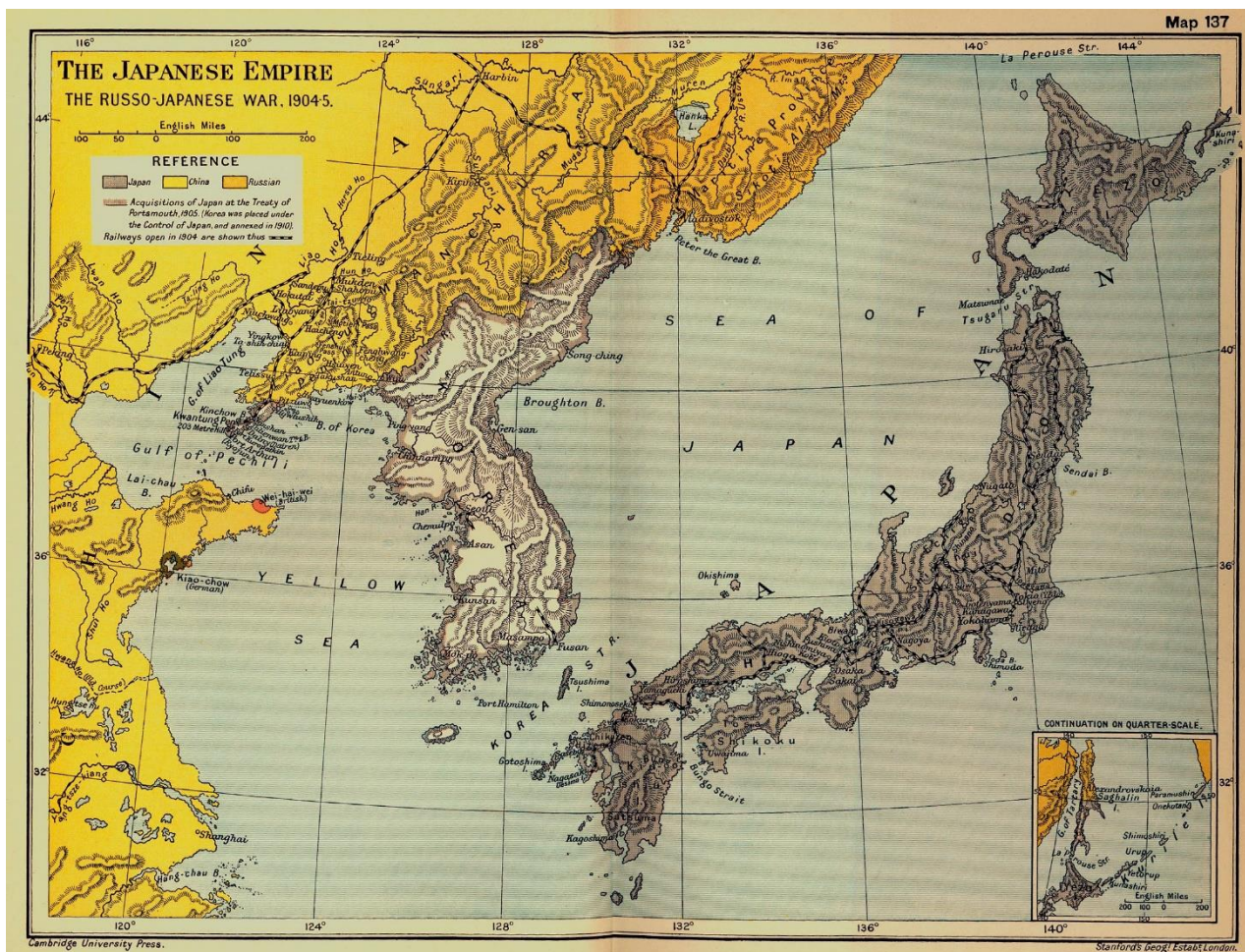
É, portanto, depois de um périplo de sete meses que a frota do Báltico chega em maio, a águas japonesas. Com falta de carvão, Rojdestvenky decide ir a Vladivostock, passando pelo estreito da Coreia. É lá que o espera a frota do almirante Togo. A 27 de maio, dá-se a batalha, perto das ilhas Tsu-Shima: a frota russa, esgotada devido à longa viagem e equipada com um armamento menos moderno, é completamente esmagada; de 37 navios, 19 são afundados e 5 capturados. Também as últimas esperanças do czar vão ao fundo.⁷¹

⁶⁹ GULICK, 1905, p. 149, Tradução livre.

⁷⁰ Ver mais em Gelber, 2012.

⁷¹ MILZA, 1995, p.136.

Essa vitória tornou-se fundamental pois, “deu ao Japão uma posição de força quando pediu secretamente ao presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, para agir como mediador”⁷². O Tratado de Portsmouth foi firmado em setembro de 1905, com os seguintes termos: “Devolveu à China a soberania sobre a Manchúria, reconhecia os interesses japoneses na Coreia e dava ao Japão o arrendamento russo da península de Liaodong e grande parte das ferrovias do Sul da Manchúria construídas pela Rússia”⁷³. Esperava-se também que o tratado garantisse uma gorda indenização de guerra, o que não ocorreu e causou indignação na população japonesa, mais uma vez.



Mapa 2 - A Guerra Russo-Japonesa⁷⁴

A Guerra Russo-Japonesa trouxe ao Japão os louros que tanto buscou. Aos olhos do mundo, era altamente improvável que a Rússia fosse derrotada por um “país anão”, que havia permanecido recluso por tanto tempo e que iniciou sua industrialização e

⁷² HENSHALL, 1999, p.132.

⁷³ Ibid., p.132.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.edmaps.com/html/japan.html>.

expansão tardiamente. Contudo, ao fim de duas guerras com vitórias inesperadas, o Japão se consolidou como uma potência na Ásia, trazendo para si o fluxo de poder e influência que era, poucos séculos antes, pertencente à China.

Do ponto de vista econômico, o Japão mais uma vez, ficou frustrado. O país gastou grandes quantias de dinheiro investidas na guerra, contraindo empréstimos oriundos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Após a resolução do conflito era esperada uma indenização, mas isso não aconteceu. Para o Japão, embora a guerra com a Rússia tenha garantido seu prestígio internacional, o ônus financeiro foi elevado.

Para a Rússia, a derrota e o Tratado de Portsmouth serviram de combustível para inflamar ainda mais a Revolução de 1905. De modo geral, os efeitos da guerra também afetaram outras partes do globo. O poderio militar e industrial da Alemanha ascendeu em detrimento do poderio russo, em decadência. A Grã-Bretanha – e o Japão, em menor escala – mais uma vez reiterou sua superioridade e consolidou tratados que foram importantes nos anos que seguiram o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Já os Estados Unidos, embora geograficamente afastado dos países envolvidos no conflito, deu um passo a mais rumo à supremacia global, atuando como mediador no processo de conclusão da guerra.⁷⁵

⁷⁵ Ver mais em Kowner, 2007.

CAPÍTULO 3: O Japão como potência

Desde o início de sua política expansionista, o governo japonês tinha seus objetivos determinados: construir uma nação rica, com um exército forte, que pudesse fazer frente às potências ocidentais para conseguir a revisão dos tratados desiguais. Tais objetivos não só foram alcançados, mas também superados, colocando o Japão na posição de potência regional.

3.1. Um novo integrante no cenário internacional

Após ter deixado um período de reclusão de mais de 250 anos, o Japão passou por um processo vertiginoso de modernização que o levou também a praticar uma política expansionista e a travar guerras em prol de seus objetivos.

Com a Guerra Sino-Japonesa, o pequeno país composto essencialmente por ilhas, mostrou-se capaz de enfrentar gigantes como a China, que embora enfraquecida politicamente, ainda era conhecida e respeitada como ponto de referência do Extremo Oriente, a partir de onde outros povos se construíam copiando seus modelos. Após a guerra, os olhares do mundo ocidental se voltaram para o arquipélago nipônico, em grande parte por receio do que o que seu rápido desenvolvimento industrial e militar poderiam acarretar, mas também pelo favorecimento de possíveis interesses.

O conflito Sino-Japonês envergonhou a China, que foi derrotada por um país que antes fora por ela influenciado. O Japão, saiu do conflito tendo que abrir mão de recompensas esperadas, lançando assim um dos fatores desencadeadores do conflito que viria 10 anos depois. Contudo, após a Guerra Sino-Japonesa pode-se observar uma crescente influência do Japão na China derrotada, que reconhece os avanços econômicos e industriais da era Meiji e busca copiar esse modelo.

Na verdade, para muitas pessoas, devido à natureza e à rapidez da vitória japonesa, era preciso que a China imitasse o Japão. Os reformadores Qing conseguiram ajuda de conselheiros japoneses e gerações de estudantes chineses foram educados no Japão. Em 1914, o Japão tornou-se o maior parceiro comercial da China e o maior contingente de estrangeiros na China era de japoneses.⁷⁶

Assim como a China, a Coreia também busca transformar-se tendo como base o modelo japonês, aplicando-o no funcionamento de algumas instituições. O Japão, por sua vez, interferiu ativamente na complexa política interna do reino coreano, tendo

⁷⁶ GELBER, 2012, p.257.

participação até mesmo em uma tentativa de golpe em 1884⁷⁷. Ainda que não tenha sido um sucesso, em ambos os casos, isso demonstra uma mudança do que era e do que passa a ser considerado modelo para o Extremo Oriente. A esfera do poder e de influência se transferiram do Império do Meio para a Terra do Sol Nascente uma vez que “A guerra e suas consequências fizeram com que a China passasse de um interlocutor a um mero objeto político”.⁷⁸

Tendo em vista o objetivo de revisão dos Tratados Desiguais, o arquipélago nipônico conseguiu atingi-lo em larga medida, firmando também novos tratados comerciais e políticos de forma equilibrada com os países ocidentais, o que coloca os interesses e a soberania do Japão pareados aos interesses das demais potências e deixa um alerta para as nações mais poderosas do mundo.

Tendo demonstrado força, o país foi capaz de assinar tratados de reciprocidade no comércio e navegação com a Grã-Bretanha e depois com os Estados Unidos e França em termos de igualdade, sem ferir sua soberania. Com o Brasil, fez um tratado desses em 1895.⁷⁹

Cerca de dez anos após a conclusão do conflito entre a China e o Japão, algumas situações trazidas pela Guerra Sino-Japonesa intensificaram novamente aos ânimos, dessa vez, entre Japão e Rússia. Inesperadamente, assim como dez anos antes, a Terra do Sol Nascente venceu outro gigante: a Rússia. A vitória do Japão na Guerra Russo-Japonesa o consolidou como potência na Ásia, capaz de se contrapor ao colonialismo ocidental.

Terminado o conflito Russo-Japonês com os interesses do lado vencedor reconhecidos na Coreia, o Japão logo se apressou em estabelecer ainda mais controle e influência sobre a Coreia. Ainda em 1905 – cerca de 9 meses após o fim da Guerra Russo-Japonesa – o Japão forçou a Coreia a tornar-se um protetorado e cinco anos mais tarde, em 1910, anexou e ocupou sistematicamente o território coreano, nele permanecendo até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945.

O Japão não perdeu tempo a estabelecer seu controle sobre a Coreia. Em novembro de 1905, o governo coreano foi “persuadido” a tornar-se um protetorado japonês. O fato de os soldados japoneses terem ocupado o Palácio Real ajudou, talvez, a tomar esta decisão. O próprio Ito Hirobumi tornou-se general-residente. Os funcionários coreanos foram substituídos por japoneses. O exército coreano foi dissolvido, impondo a necessidade de “proteção” japonesa. Os protestos na Coreia no Ocidente foram

⁷⁷ Ver Henshall, 1999, p.128.

⁷⁸ GELBER, 2012, p.256.

⁷⁹ SAKURAI, 2007, p.168.

ignorados. [...] em agosto de 1910 o Japão deu o passo seguinte e anexou a Coreia sem oposição internacional.⁸⁰

Além de se configurar como uma nova potência no mundo das relações internacionais, o Japão também se consolidou como uma potência industrial. Os investimentos feitos na indústria desde o início do período Meiji deram frutos, ajudando a reverter a desvantagem em recursos naturais que o país tem em relação aos demais. Em busca de territórios que pudessem lhe oferecer cada vez mais matérias-primas e mercados que fossem capazes de absorver os produtos japoneses, iniciou-se a política expansionista e com sucesso. Observa-se então uma inversão nas importações e exportações do Japão, que passou a produzir produtos fabricados em suas indústrias e a exportar matéria-prima, ao contrário do que era antes praticado, conquistando aos poucos o comércio industrial internacional.

Os produtos japoneses eram de baixa qualidade quando comparados aos produtos ocidentais, mas ganhavam em preços menores, o que foi suficiente para abrir concorrência com os produtos ocidentais no mercado asiático.

Enquanto em 1890 só exportava matérias-primas: seda bruta e couro – dez anos mais tarde está transformado num exportador de produtos fabricados e num importador de matérias-primas. Vender tornou-se uma absoluta necessidade para ele (Japão), enquanto a indústria não cansa de reclamar mais minério e mais hulha e a população, cujo ritmo de crescimento aumenta, exige quantidades cada vez maiores de produtos alimentares. Ora a indústria japonesa não pode pensar em escoar a sua produção no mercado europeu ou no mercado americano: a má qualidade dos produtos *made in Japan* [...] rapidamente se tornou conhecida e não satisfaz as necessidades e os gostos de uma clientela exigente. Os exportadores japoneses só têm uma solução: conquistar os mercados do continente asiático, especialmente o da China, onde os baixos preços praticados pela indústria nipônica tem possibilidade de atrair uma clientela de fraquíssimos recursos econômicos.⁸¹

Conquistado o seu lugar dentre as grandes potências, o Japão tornou-se membro ativo dentre os países influenciadores do mundo. Tal fato, por sua vez, levou o país nipônico ao palco de um conflito de grandes proporções: a Primeira Guerra Mundial. Lutando ao lado dos Aliados, o Japão saiu da Primeira Guerra do lado vencedor do conflito, o que reforçou ainda mais o sentimento de superioridade do Japão em relação aos demais países do Extremo Oriente.

⁸⁰ HENSHALL, 1999, p. 133.

⁸¹ MILZA, 1995, p. 133.

A participação japonesa na guerra foi pequena, mas simbolicamente importante na medida em que assegurou aos Aliados o seu ponto de apoio no continente. Quando a Primeira Guerra Mundial terminou, a posição japonesa na Ásia ficou fortalecida. Pelo Tratado de Versalhes de 1919, os vencedores retribuíram o apoio japonês entregando ao Japão o controle (mas não a posse) de ilhas ao norte do pacífico, Marshall, Marianas e Carolinas, que antes pertenciam aos alemães. O Japão também foi um dos signatários da Liga das Nações.⁸²

⁸² SAKURAI, 2007, p. 167.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a Europa experimentava as primeiras fases de sua Revolução industrial, o arquipélago nipônico fechou-se para o mundo, atrasando-se do ponto de vista industrial e tecnológico em relação às potências europeias. Mergulhado em um mar de singularidades, o Extremo Oriente se viu ameaçado pelo colonialismo europeu com a chegada destes. A China foi o primeiro e mais completo exemplo da dominação ocidental no Extremo Oriente e foi motivo de disputa primeiramente entre os ocidentais e em segundo lugar, por um país oriental: O Japão.

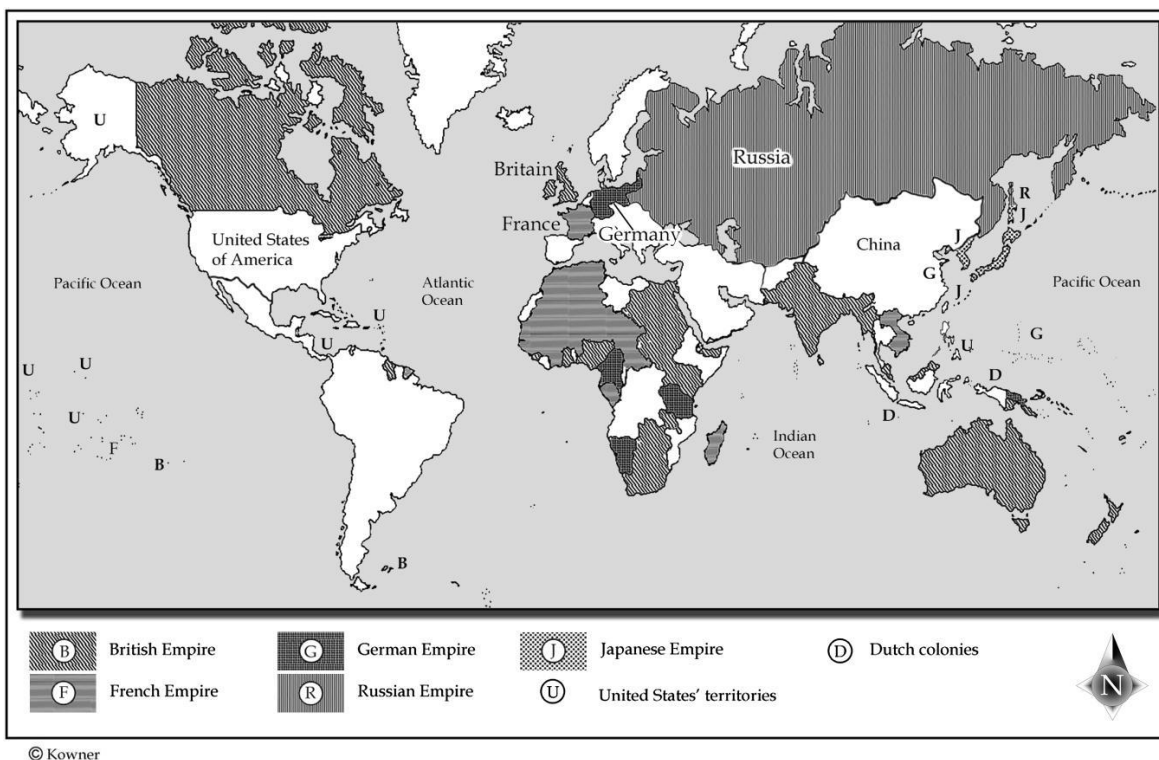
Marcado por uma trajetória de sucessivas aberturas e fechamentos, o Japão deixou definitivamente seu status de país fechado com a chegada do Comodoro Perry em 1853. Tomando um rumo totalmente oposto do que fizera a China, o Japão se deixou ser penetrado pela cultura ocidental e fez disso uma via de resistência a sua própria dominação, tomando a chegada dos ocidentais como uma janela de oportunidade para sua própria modernização após a queda do domínio Tokugawa. Trilhando um caminho de crescente modernização das estruturas de sua sociedade milenar, o Japão se transformou, sob a Era Meiji, sem deixar desaparecer sua própria cultura, mesclando elementos das duas parcelas do globo terrestre.

Embora em seu início não estivesse claro se seria um sucesso ou não, o período Meiji fabricou as condições essenciais para que o Japão se metamorfoseasse rapidamente de um país feudal para um país moderno, que mais tarde, tomou assento junto à mesa das grandes potências ocidentais. A expansão do comércio e da indústria, levou o Japão à busca de novos mercados e zonas de influência, onde poderia obter matérias-primas, alimentando a modernização sistemática empreendida a partir de 1868. Para isso, o pequeno país nipônico se fortaleceu no campo econômico, social e político, firmou acordos e travou guerras com grandes países. Inesperadamente, saiu vitorioso nos dois conflitos armados em que se envolveu, impulsionando sua entrada no jogo internacional.

A Era Meiji e as guerras Sino e Russo-Japonesa não podem ser analisadas como eventos isolados, que poderiam ser um ou outro – aqui ou ali – responsáveis pela mudança de posição do Japão em relação ao mundo e vice-versa. Um evento se desdobra do outro de forma que sem as mudanças estruturais trazidas no período Meiji seria pouco provável que o Japão tivesse saído como vencedor – e até mesmo se envolvido – nas duas guerras que travou. Após os dois conflitos esmiuçados nessa monografia, pode-se notar que os olhos do mundo se voltaram ao Japão, que demonstrou força para fazer frente às grandes

potências e que seria capaz de entrar na disputa por poder e áreas de influência em pé de igualdade com as nações mais poderosas do globo.

Para alcançar seus objetivos, ironicamente, o Japão fez uso da mesma força imperialista que havia sido aplicada ao país com a chegada dos norte-americanos. Embora o restante do mundo enxergasse o país nipônico com certa descrença, a Era Meiji e as guerras Sino e Russo-Japonesa ofereceram uma mensagem muito clara. Segundo esses eventos, ao contrário do que aconteceu na China, o imperialismo europeu não criaria raízes no Japão. Se fosse preciso, o governo nipônico faria uso do mesmo imperialismo e pela via da diplomacia dos canhões, atingiria seus objetivos no Extremo Oriente e no cenário internacional.



Mapa 3 - Impérios do mundo⁸³

⁸³ Disponível em: KOWNER, 2007, p. 16.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

UNITED STATES OF AMERICA, President Fillmore's letter to the Emperor of Japan, delivered July 14, 1853. Disponível em: https://ocw.mit.edu/ans7870/21f/21f.027/black_ships_and_samurai/presletter.html
Acesso em 16/09/2018

UNITED STATES OF AMERICA, Japanese Reply to President Fillmore's Letter, 1854. Disponível em: https://ocw.mit.edu/ans7870/21f/21f.027/black_ships_and_samurai/presletter.html
Acesso em 16/09/2018

FRANÇA, Constitution du 11 février 1889. Disponível em: <http://mjp.univ-perp.fr/constit/jp1889.htm#h> Acesso em 20/08/2018

Livros:

AUSLIN, Michael R. *Negotiating with imperialism: the unequal treaties and the culture of Japanese*. Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

BEASLEY, WILLIAM G. *Modern Japan: aspects of history, literature and society*. California: University of California Press, 1977.

BUSHKOVITCH, Paul. *História concisa da Rússia*. Tradução de José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: Edipro, 2014.

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

DUUS, P. *The rise of modern Japan*. Boston: Houghton Mifflin, 1976.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. 3ed. Porto Alegre: L & PM Editores, 2008.

GELBER, Harry G. *O Dragão e os Demônios Estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GULIK, Sidney Lewis. *The white peril in the Far East: an interpretation of the significance of the Russo-Japanese War*. New York: F.H. Revell Co., 1905.

HENSHALL, Kenneth G. *História do Japão*. 2ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

HOBSBAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. 11ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IVANOV, Alexei & JOWETT, Philip. *The Russo-Japanese War 1904 – 1905*. Oxford: Osprey Publishing, 2004.

KATO, Shuchi. *Tempo e espaço na cultura japonesa*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

KOWNER, Rotem. *The impact of the Russo-Japanese war*. New York: Routledge, 2007.

LONE, Stewart. *Japan's first modern war: Army and society in the conflict with China, 1894-95*. London: The Macmillan Press LTD, 1994.

LOVELL, Julia. *The Opium War: Drugs, Dreams, and the Making of Modern China*. 1 edition. New York: The Overlook Press, 2015.

MASON, Colin. *Uma breve história da Ásia*. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2017.

MILZA, Pierre. *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Edições 70 LDA, 1995.

NAITO, Akira; HOZUMI, Kazuo. (2003). *Edo, the City that Became Tokyo. An Illustrated History*. Tóquio: Kodansha International, 2003.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2016.

TOTMAN, Conrad. *Early modern Japan*. Berkeley: University of California Press, 1993.

TREVISAN, Cláudia. *Os chineses*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Periódicos:

ROSSITER, William S. *The First American Imperialism*. *The North American Review*, Vol. 182, No. 591 (Feb. 1906), pp. 239-254. University of Northern Iowa. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25105526>. Acesso em 09/09/2018.

Artigos

EHALT, Rômulo da S. Notas sobre o nascimento da historiografia moderna no Japão da Era Meiji. Rio de Janeiro: Revista História da Historiografia. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/601>. Acesso em 15/09/2018.

LIMA, Diogo Shimizu. *O expansionismo territorial nipônico*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC, sem data. Disponível em <http://www4.pucsp.br/geap/artigos/diogo-japao.PDF>. Acesso em 15/09/2018.

MARTINS, Dora A. E. *As relações Sino-nipônicas durante o século XX*. Disponível em <http://www.observatoriodachina.org/images/papers/e.pdf>. Acesso em 22/09/2018.

Dissertações:

NOGUEIRA, Carolina Dantas. *Democratizando um império: a tentativa de reorientação política da Terra do Sol Nascente*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2016.

ROCHA, Rafael Machado da. *O processo de ocidentalização do Estado e do direito japonês na Era Meiji: conflitos e contradições*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. Belo Horizonte, 2016.

Monografias:

SASAKI, Daniella Matsunaga. *A tentativa de remilitarização do Japão no século XXI: antecedentes históricos e implicações contemporâneas*. Trabalho de conclusão de curso (especialização). Internacionais pelo Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1111/1/2008_DaniellaMatsunagaSasaki.pdf. Acesso em 10/09/2018.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **Gabriella Carvalho de Oliveira**, acadêmica do Curso História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, regularmente matriculada sob o número 15/0010729, declaro que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O Expansionismo Japonês: do Isolamento a Potência (1854-1912)**, foi inteiramente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que a presente monografia é inédita e que nunca foi apresentada a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma e formato.

Brasília, 04 de dezembro de 2018.



Gabriella Carvalho de Oliveira